

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS-MG

FABIANA VITOR DIAS

**A PERCEPÇÃO DO RACISMO NAS VIVÊNCIAS DE DOCENTES NEGROS DE
UMA UNIVERSIDADE FEDERAL**

Varginha/MG

2022

FABIANA VITOR DIAS

**A PERCEPÇÃO DO RACISMO NAS VIVÊNCIAS DE DOCENTES NEGROS DE UMA
UNIVERSIDADE FEDERAL**

Trabalho de conclusão do Programa Integrado de Pesquisa, Ensino e Extensão (PIEPEX) apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas.

Orientador: Dr. Adílio Renê Almeida Miranda

Varginha/MG

2022

Resumo

De acordo com Oliveira (2011), as experiências vivenciadas no dia a dia e na formação acadêmica impactam a forma de pensar e agir dos indivíduos, no caso de docentes, essas experiências podem até agregar em suas aulas por meio de debates e exemplos. Pensar a universidade atualmente perpassa por discutir as diversas questões inerentes a ela, e uma dessas questões é a formação e atuação de docentes negros para a composição de uma universidade plural e que caminha no combate ao racismo. Para a realização deste estudo, elegeu-se questões que buscam conhecer um pouco da percepção dos sujeitos em relação às suas múltiplas relações, acerca da questão racial. O objetivo do presente estudo é compreender a percepção de docentes negros sobre suas experiências relacionadas às questões raciais, bem como o racismo institucional relacionado ao racismo estrutural. A metodologia utilizada foi qualitativa, de categoria de análise de conteúdo. Os principais resultados apontam que a Universidade ainda é um ambiente majoritariamente branco e que, por mais que nem todos os autodeclarados negros tenham passado por situações reconhecidas como racistas ao longo de sua vida, reconhecem que o racismo existe e interfere em inúmeras vidas e em relações interpessoais. Ainda é preciso lutar para a ampliação de políticas que aumentem o número de estudantes e docentes negros e lhes confira condições dignas para estudar e trabalhar.

Palavras-chave: racismo institucional; docentes negros; discriminação racial; representatividade negra; diversidade.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	5
2 - REFERENCIAL TEÓRICO	6
2.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL PÓS-ABOLIÇÃO	6
2.2 RACISMO INSTITUCIONAL RELACIONADO AO ESTRUTURAL	11
3 – METODOLOGIA	14
4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES	16
4.1 A PERCEPÇÃO DE SI E DO MEIO A PARTIR DE SUAS VIVÊNCIAS	16
4.2- A PERCEPÇÃO DO RACISMO PELOS DOCENTES NO AMBIENTE INSTITUCIONAL	20
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	26
ANEXOS	30

1 – INTRODUÇÃO

A construção de uma carreira acadêmica apresenta diversas particularidades, assim como diversas outras profissões. No entanto, a formação para aqueles que optam pela carreira docente precisa ser contínua e, além da formação propriamente dita com o cumprimento de carga horária específica, é preciso considerar experiências compartilhadas no dia a dia. Essas experiências formam o pensamento e as ações do indivíduo, e refletem diretamente no dia a dia e em suas relações interpessoais.

Conforme Farias (2019), é importante discutir fatores como a subjetividade e vivências que os sujeitos já carregam consigo, pois, essas vivências refletem no contexto da formação acadêmica e, portanto, há a necessidade de estudar o quanto ou como essas experiências interferem na formação de docentes negros.

Para a realização deste estudo, elegeu-se questões que buscam conhecer um pouco da percepção dos sujeitos em relação às suas múltiplas relações vividas, desde a infância, acerca da questão racial. Farias (2019) utiliza este recurso em seus estudos e aponta que conhecer a trajetória destes indivíduos, como sujeitos e como docentes, pode promover uma reflexão mais profunda sobre o assunto.

Segundo Almeida (2019) o racismo é sempre estrutural, e o Brasil, por ser um país que historicamente se desenvolveu de um contexto de racismo, parte-se do argumento de que esse contexto impacta nas bases do processo de formação dos sujeitos negros. Algumas vezes percebido logo na infância, outras vezes quando já adulto, o racismo existe e impacta a maioria das pessoas de alguma forma ao longo de suas trajetórias.

Justifica-se a elaboração deste estudo não apenas por conta da relevância do tema em si, mas, ao final, este trabalho deve se colocar como um convite para que se façam algumas reflexões pela comunidade acadêmica, estudiosos do tema e comunidade em geral. Espera-se, ao final deste estudo, entender melhor como e quando os docentes entrevistados se percebem como pessoas negras e se existirem, quais os problemas enfrentados por eles a partir dessa percepção.

O objetivo desta pesquisa é compreender a percepção de docentes negros sobre suas experiências relacionadas às questões raciais, bem como o racismo institucional. O trabalho será dividido em 3 partes principais, além desta Introdução. A primeira refere-se à parte conceitual, as relações raciais no Brasil pós-abolição e o racismo institucional relacionado ao estrutural. A segunda parte é a metodologia. A terceira parte apresenta uma pesquisa, onde

docentes negros de uma Universidade Federal respondem algumas questões sobre sua formação e percepção acerca de suas vidas, negritude e carreira. Logo após é apresentada uma discussão a respeito do resultado da pesquisa, e em sequência são feitas as Considerações Finais.

2 - REFERENCIAL TEÓRICO

A trajetória para se tornar um docente de uma universidade federal, é bastante árdua, formada de etapas que requerem muito esforço e dedicação. Mas, somente esforço e dedicação, muitas vezes, não são suficientes para quem é negro.

Muitas famílias negras vivem em situações de exclusão e desigualdades e têm menos oportunidades, por esse motivo a luta para ascensão pessoal é mais difícil e algumas pessoas desistem de estudar para apenas trabalhar e sustentar suas famílias. Os docentes negros que chegaram a tal ascensão podem motivar diretamente os estudantes negros por meio da representatividade para que eles lutem por seus objetivos também, fazendo com que mais pessoas negras cheguem aos cargos maiores.

2.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL PÓS-ABOLIÇÃO

A partir de 1888, no período pós-abolição, as relações raciais ganharam novas configurações no Brasil. O negro liberto tornou-se um problema a ser resolvido, pois se trata de um grupo de pessoas que, até então, não precisava de um lugar na sociedade, pois o lugar estava devidamente estabelecido. Passam a viver então libertos, mas sem condições dignas de sobrevivência.

A população negra tem grande importância na constituição da identidade brasileira, porém, não se pode limitar esta importância ao número populacional e sua ocupação dos espaços. Gomes e Munanga (2006) explicam que os negros influenciam e participam continuamente em todos os campos da vida social, cultural e econômica. Segundo os autores,

O Brasil foi o último país da América a fazer a abolição, dando a entender que a sociedade estava moralizando, mas não pagou os anos de trabalhos prestados pelos negros aos seus senhores, não assinou a carteira de trabalho do negro e nem da negra. Portanto, foi longo o processo até construir a identidade de trabalhador desvinculado da condição de dependência do posto de trabalho e da condição de escravo. Sem trabalho e moradia, passam a se deslocar das fazendas para área urbana em busca de oportunidade, formando grupos no entorno de grandes centros, o que provocava um grande desconforto à população local. (GOMES; MUNANGA, 2006, p.159)

Nesse sentido, entende-se que a abolição não era o fim da desvalorização da vida do negro, ao contrário, um marco de inúmeras dificuldades que se iniciariam em uma nova fase. Até aquele momento, segundo Munanga (2015), os povos escravizados no Brasil já haviam contribuído culturalmente na música, na comida, na língua e na economia que se constituiu com base no trabalho escravo, porém, a abolição ocorreu sem nenhum plano de inserção do negro na sociedade, sem um plano habitacional ou agrário, levando pouco tempo até que novos problemas de cunho social e racial começassem a aparecer.

Não é difícil perceber que a escravidão negra, reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma terrível tragédia da humanidade, deixou grandes sequelas na construção da trajetória do negro após a libertação e não sendo possível mudar os acontecimentos na história, é necessário estudar, compreender e assim buscar contribuir com os estudos das relações raciais. Segundo a ONU,

[...] a escravidão e o tráfico escravo, incluindo o tráfico de escravos transatlântico, foram tragédias terríveis na história da humanidade, não apenas por sua barbárie abominável, mas também em termos de magnitude, natureza de organização e, especialmente, pela negação da essência das vítimas, ainda reconhecemos que a escravidão e o tráfico escravo são crimes contra a humanidade e assim devem sempre ser considerados, especialmente o tráfico de escravos transatlântico, estando entre as maiores manifestações e fontes de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, a que os africanos e afrodescendentes, asiáticos e povos de origem asiática, bem como os povos indígenas foram e continuam a ser vítimas[...] (ONU, 2001, p. 53).

A discriminação racial, uma das sequelas da escravidão, e também da falta de política de inserção do negro na sociedade, aparece como uma marca em diversos países. No Brasil, atualmente, o racismo aparece, muitas vezes, na sua forma velada e parte de uma política pela qual se optou no período pós-abolição, a política do branqueamento e da propagação de que todos os povos viviam em harmonia no Brasil. Ou seja, acreditou-se, por muito tempo, que, com o fim da escravidão, os negros seriam incorporados à sociedade brasileira em igualdades de condições, portanto, não se discutiam as desigualdades raciais, haja vista que teoricamente elas não existiam (FARIAS, 2019).

Para Ortiz (1985), a Lei de Abolição da Escravidão, na verdade, significou o que o autor chama de passaporte de exclusão, e nunca se aproximou de ser um convite à participação no mundo do trabalho livre. O autor relata que com a assinatura da Lei Áurea, as senzalas foram esvaziadas fisicamente, porém nunca representou a libertação da população negra, de fato.

O pós-abolição excluiu os negros da sociedade, mas não excluiu totalmente os filhos das negras que em muitos casos eram filhos também dos senhores. A miscigenação entre negros

e brancos surgiu, trazendo consigo a mistura dos povos e de cores, resultando num possível embranquecimento da raça.

Gilberto Freyre tem uma obra de grande relevância que não poderia deixar de ser citada nesta seção. Publicado em 1933, “Casa-Grande & Senzala”, apresenta outro olhar sobre as relações entre senhores e escravizados. Na contramão de obras que denunciam a violência e a desumanização com que os negros eram tratados, o autor apresentou a relação de forma amena, chegando a aparentar o tipo de relação que se construía naturalmente entre pessoas de uma sociedade. Dentre outras questões, a obra discorre sobre a constituição de famílias miscigenadas e a aproximação de brancos e negros.

A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações - as dos brancos com as mulheres de cor de "superiores" com "inferiores" e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base. A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala (FREYRE, 2019, p. 26).

A obra embasa a ideia de que os muitos conflitos e problemas gerados pela escravidão foram amenizados e tão logo deixados como um pormenor, simplesmente pelo fato de portugueses terem se relacionado sexualmente com mulheres negras e indígenas, seja pela força ou afeição. Assim, a miscigenação teria originado outro povo, o povo brasileiro, miscigenado com características próprias.

Munanga (2004) coloca que essa ideia proposta por Freyre (2019) prevaleceu por muito tempo, e ainda há brasileiros que acreditam que o Brasil poderia ser seguido por outros países como exemplo de democracia racial e superação do racismo, logo após a abolição da escravidão.

De acordo com Munanga (2019), a mestiçagem ocorrida em contexto colonial não significou harmonia entre as raças, mas evidenciou a relação de subordinação a que mulheres negras e indígenas eram submetidas.

Se os brancos não hesitaram em manter relações sexuais com as mulheres negras, índias e mestiças, isso não significa em absoluto que aceitaram os princípios de igualdade racial. Visto dentro desse contexto colonial, a mestiçagem deveria ser encarada primeiramente não como um sinal de integração e de harmonia social, mas sim como dupla opressão racial e sexual, e o mulato como símbolo eloquente da exploração sexual da mulher escravizada pelo senhor branco. Embora o casamento com uma mulher de outra “raça” possa ser interpretado como símbolo de uma grande tolerância, é preciso dizer que os casamentos desse tipo foram muito raros. (MUNANGA, 2019, p. 29)

No contexto descrito por Freyre (2019), havia um desejo de embranquecer a população brasileira. Esse embranquecimento se daria por relações interracialis que, com sucesso, gerariam gerações cada vez mais claras até o desaparecimento gradual do negro. Os mestiços deveriam surgir revelando a superioridade branca, que ao se miscigenar provava que o Brasil era um país não racista, o que Fernandes (1978) chamou de “mito da democracia racial”:

[...] o mito da democracia racial trouxe muitas consequências negativas, dentre as quais ele destaca algumas convicções etnocêntricas, quais sejam: difundiu e generalizou a consciência falsa da realidade racial; suscitou a ideia de que o negro não tem problemas no Brasil e que o povo brasileiro, pela própria índole, não faria distinções raciais; generalizou e difundiu a ideia de que as oportunidades sociais de prestígio, riqueza e poder são igualmente acessíveis a todos. Este mito teve forte reflexo no imaginário do povo brasileiro que adotou atitude passiva diante dessa crença inculcada nas consciências através das artes, ciências e letras (FERNANDES, 1978, p. 174).

Esta ideologia de branqueamento da população brasileira foi responsável por criar no Brasil a ideia de que os antepassados dos brasileiros são brancos, europeus, de modo que se rejeita a ideia de busca pela identidade negra, originalmente africana. Munanga (2004) explica que essa ideologia é um produto intelectual da elite branca que permite que tal discurso seja usado de duas formas atualmente: primeiro, se o povo é miscigenado, então todo mundo descende de europeus e se perde parte da riqueza e pluralidade de culturas; e depois se todos são miscigenados, logo, todos são iguais e não há motivos para discutir problemas raciais que não existem. Assim, se perde a negritude, a identidade e os problemas sociais oriundos das questões raciais não são colocados em pauta.

Rosa (2014) observa que existem lacunas nos estudos organizacionais ao tema das relações raciais, principalmente pela falta de ênfase nas minorias presentes nas organizações, nas particularidades no âmbito organizacional brasileiro mediante as diversidades e também nas políticas de promoção da diversidade brasileira. Os brasileiros, segundo o autor, relutam em discutir o racismo, pois o país ainda não resolveu essa questão sequer no campo acadêmico, e em segundo lugar, por causa do distanciamento dos estudos organizacionais em relação aos estudos sobre relações raciais desenvolvidos no Brasil.

O chamado mito da democracia racial surge como um elemento estruturante nas percepções acerca da raça e racismo, gerando um transtorno quando se pensa na raça como tema político, pois, a ambiguidade da categoria moreno ou mestiço serve como um disfarce nas diferenças raciais e torna um ponto de fuga da própria condição racial, enfraquecendo a identidade negra. Para Sansone (1996), trata-se de uma abordagem desfavorável à luta

antirracista, pois o fortalecimento da autoestima negra e a mobilização política carecem de linhas raciais claras que apontem o que é o mundo dos negros em contraste ao dos brancos.

Pensar o lugar para além de espaços físicos é uma tarefa necessária quando se trata do lugar do negro no Brasil. Incentivou-se no Brasil a propagação da ideia de que não existem problemas raciais, pois se formou um povo mestiço, ideia amplamente criticada pelos teóricos das relações raciais. Esses povos miscigenados, os pardos, têm maior livre acesso aos lugares do que o negro por exemplo. Segundo Nogueira (2007), existe um fenômeno que torna a mesma pessoa, branca demais para alguns espaços e, negras demais para outros. Chamamos assim os lugares de difícil acesso do negro de áreas duras, os lugares mais acessíveis de áreas moles.

A legislação não permite que ninguém seja impedido de permanecer em determinados espaços por causa de sua cor, entretanto, se for feito o exercício de pensar em determinados locais, é possível vislumbrar o significado disso. Ao se pensar em uma empresa, qual a área dura para negros? A gerência, talvez, porque além de não haver uma política de democratização dos espaços de poder, é um centro altamente discriminado, onde remete à um racismo estrutural oriundo de anos atrás onde se acreditava que o negro tinha menor capacidade intelectual que os brancos. Mas quando se pensa no carnaval, não se trata de uma área mole ou de fácil acesso, mas de espaço negro, pois quem é que pensa em todo o desfile sem negros nos espaços de destaque? Lima (2001), explica que a “subalternidade” do negro é vinda não apenas da opressão econômica e racial, mas de um passado onde era inacessível para estes os campos de saber e de poder legitimados. Agora, expandindo este mesmo exercício, é preciso pensar em pessoas negras nos diversos espaços de poder e maior prestígio social, como bancos, o judiciário, executivo, legislativo, universidades, etc., e fazer a seguinte retórica: nesses espaços, onde o negro está? E, por que não incomoda perceber que a estrutura de poder pós-colonial permanece sendo vista em todos os espaços? Quanto mais próximo do fenótipo europeu, maior a presença destas pessoas nos espaços de poder e prestígio nas organizações.

Rosa (2014) coloca que ao mostrar que a atmosfera do lugar altera a percepção dos sujeitos sobre as relações raciais, a noção de áreas duras nos aponta para um lugar onde o recorte racial é claro e a discriminação ocorre fortemente. Segundo o autor, as áreas duras são percebidas nas corporações de mercado e organizações públicas, espaços típicos de competição individual e organizacional que costumam, por exemplo, rejeitar questões ligadas à inclusão social, por meio de cotas para grupos especiais. Nas áreas moles, como bares, e associações recreativas, clubes é possível captar aspectos sutis de como a cultura organizacional é incorporada fora das áreas duras promovendo ambientes descontraídos e informais.

Por fim, os espaços negros, como escolas de samba, clubes de futebol e organizações populares podem ser vistos como paradigma alternativo, como uma mistura cultural e de igualdade racial, ou até de ruptura com dicotomias clássicas, tais como as noções de preto e branco ficam bem delineadas nas organizações (TURETA e ARAÚJO, 2013).

2.2 RACISMO INSTITUCIONAL RELACIONADO AO ESTRUTURAL

Antes de falar sobre o tema Racismo Institucional é preciso compreender o que são instituições: “modos de orientação, rotinização e coordenação de comportamentos que tanto orientam a ação social como a tornam normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais.” (HIRSCH, 1990, p.26).

Segundo Ramos (2019), a noção de racismo institucional aparece na década de 1960, introduzido pelos ativistas Stokely Carmichael e Charles V. Hamilton do movimento *Black Power* nos Estados Unidos. O termo era utilizado para caracterizar como o racismo pode ser percebido nas estruturas de organização da sociedade e nas instituições; para expor os interesses, ações e mecanismos de exclusão que são estabelecidos através dos grupos racialmente dominantes (BHAVNANI, et al, 2009).

A concepção de Racismo Institucional ultrapassa os comportamentos individuais. Para López (2012), o racismo institucional opera de uma forma difusa no andamento do cotidiano das instituições e organizações, e o resultado é a provocação da desigualdade no compartilhamento de serviços, benefícios e oportunidades aos distintos segmentos da população do ponto de vista racial.

O racismo institucional está presente na constituição das políticas públicas liberais, onde se cria e enraíza padrões de discriminação na distribuição e na eficácia de políticas públicas entre grupos sociais diante vínculos raciais e étnicos. É uma prática implícita, central da rotina governamental (FONSECA, 2015).

Almeida (2019) relata que as sociedades não são homogêneas e os acontecimentos ocorridos por essa característica, tais como conflitos, antagonismo e contradições, que não são extintos, são absorvidos e retidos sob controle por meios institucionais. E partindo da alegação que as instituições são a materialização das determinações formais da vida social, o autor tira duas conclusões: a primeira, é que as instituições resultam dos conflitos e das lutas pelo monopólio do poder social; a segunda, que esses conflitos e lutas caracterizam uma busca que os indivíduos e grupos usam para assumir o controle da instituição.

Almeida (2019) elucida que racismo é um artifício de exercício de poder e seu arranjo institucional não pode ser resumido apenas ao fato de que as instituições são um reflexo das relações sociais.

No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas – o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades etc. – e instituições privadas – por exemplo, diretoria de empresas – depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos (ALMEIDA, 2019, p. 27-28).

A desigualdade racial é uma característica da sociedade não somente por razão de ações de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições vivem em uma disputa de poder por certos grupos raciais, onde se utilizam dos mecanismos institucionais para estabelecer seus interesses políticos e econômicos, e esse domínio ocorre fundamentado em parâmetros baseados na raça (ALMEIDA, 2019). “Politicamente, decisões que afetam a vida dos negros sempre foram feitas por brancos – a “estrutura de poder branco” (HAMILTON; TURE, 2011, p. 21).

Considerando que a sociedade brasileira se desenvolveu economicamente sobre os pilares da escravidão, por si só, esse episódio, poderia ser mencionado como o embrião das hierarquias sociais relacionadas ao pertencimento racial. Compreende-se que entre negros e brancos há desigualdades econômicas e discriminação racial. Ao longo do tempo, a discriminação e a desigualdade econômica foram sustentadas pelo Estado, que, segundo Silvério (2002), tem historicamente legitimado o racismo institucional.

O Poder Público brasileiro durante a República demonstrou claramente a legitimação do racismo institucionalizado quando Deodoro da Fonseca firmou o processo de discriminação, através do Decreto n. 528, de 28 de junho de 1890, que impedia a entrada de indígenas da Ásia e da África nos portos da República, exceto se possuíssem a autorização do Congresso Nacional.

Art. 1. É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho que não se acharem sujeitos à ação criminal de seu país, exceptuando os indígenas da Ásia, ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas (VEINER, 1990, p. 106)

No ano de 1945, o Presidente Getúlio Vargas assinou o Decreto-lei n. 7.967, que em seu artigo 2º estabelecia que a entrada de imigrantes deveria levar em consideração "a necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia", uma maneira inquestionável de estabelecer em uma configuração jurídico e social o racismo institucional.

As reflexões sobre a existência e a prática de racismo institucional no Brasil são recentes, o conceito emerge como uma nova pauta de ações, com maior ênfase que ocorreu entre 1990 e nos anos 2000. A ausência parcial dessas reflexões é atribuída ao motivo que as instituições têm dificuldades de reconhecer esses mecanismos e se auto examinarem como (re)produtoras de racismo (LÓPEZ, 2012).

A pauta do racismo institucional passou a ter visibilidade por meio de ações e movimentos de militância negra, principalmente dos militantes envolvidos aos movimentos populares e sindicatos. Essa temática racial passou a ser considerada no Estado brasileiro e ganhar força pela construção de diálogo entre militantes do movimento negro e agentes do Estado (LÓPEZ, 2012).

Para Almeida (2019), o racismo estrutural é diferente do racismo institucional, os dois descrevem fenômenos distintos, embora façam ligação quando se é pensado que as instituições são racistas, porque a sociedade é racista. Se diz racismo estrutural, porque o racismo é regra e não exceção, as bases da sociedade são fundamentadas em uma estrutura de colonização onde o negro era explorado como escravo, ditado como baixo intelecto e força abundante, logo, a sociedade reproduziu ao longo dos séculos a distinção de pessoas negras, não promovendo a inserção das mesmas no mercado de trabalho e conseqüentemente em cargos de maior prestígio.

Almeida (2019) ainda coloca que mesmo sabendo que a sociedade tem a estrutura racista, o racismo é um ato que parte de indivíduos que devem ser repudiados, e que a transformação dessa sociedade estruturada com o racismo só acontecerá com a tomada de posturas e práticas antirracistas. E tais práticas devem ser adotadas dentro das instituições, não apenas com representatividade por si só, mas com a implementação de políticas contra o racismo e visando o crescimento da pluralidade de cores em diferentes âmbitos de uma hierarquia institucional, desestabilizando a cultura do racismo estrutural que permeia os aspectos históricos, sociais e políticos.

Na atualidade, podemos mencionar como um exemplo de racismo institucional as novelas exibidas pelos canais televisivos no Brasil - tais novelas que muitas vezes narram o racismo estrutural por meio das tramas -, onde os veículos de propagação de informação para numerosos telespectadores e possuem a capacidade de influenciar opiniões de milhões de

brasileiros, visto que esse tipo de programação possui forte apelo na formação de opinião de toda população.

A Lei 12.288, de 20 de julho de 2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial no Brasil, possui um capítulo que discorre exclusivamente dos meios de comunicação, visto a relevância da matéria.

Art. 44. Na produção de filmes e programas destinados à veiculação pelas emissoras de televisão e em salas cinematográficas, deverá ser adotada a prática de conferir oportunidades de emprego para atores, figurantes e técnicos negros, sendo vedada toda e qualquer discriminação de natureza política, ideológica, étnica ou artística.

É importante salientar que no projeto de lei que instituiu do Estatuto da Igualdade Racial, em defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação devido a sua etnia, raça e/ou cor, era determinado um percentual de 20% do total de atores e figurantes nos filmes e programas pelas emissoras de televisão, porém ainda é notório a ausência desta cota no texto definitivo.

Um fato importante a ressaltar é que a presença de maior percentual de atores negros pode não colaborar para a desconstrução do racismo institucional na mente dos telespectadores se esses atores interpretarem somente trabalhadores precarizados, profissões de menor prestígio ou de menor escolaridade e, também tramas que contam através dos anos como foram a situação dos primeiros povos negros no Brasil, ou ainda ter que sempre a trama explicar o motivo do personagem negro ser rico, ou até mesmo bem-sucedido, de modo a confirmar aquele como o local do negro na sociedade.

3 – METODOLOGIA

Para a construção deste estudo, elegeu-se a abordagem qualitativa. A escolha de tal abordagem se deu pela necessidade de compreender as relações raciais e como essas relações ocorrem em diversas esferas da vida de docentes negros. Creswell (2003) explica que a pesquisa qualitativa permite analisar e interpretar dados a partir de uma visão mais social e filosófica, com base em estratégias variadas de investigação. Permite, segundo o autor, utilizar a objetividade sem abandonar as subjetividades, ou as formas de interpretação que os sujeitos têm de si mesmos e do meio em que vivem.

Para a análise dos dados, foi selecionada a categoria de análise de conteúdo, que é uma técnica de análise, que, segundo Bardln (1977), se aplica a discursos diversificados, baseada na dedução e oscila entre os dois pólos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade.

Para atingir o objetivo de compreender as percepções de docentes negros de um Instituto de Ciências Aplicadas acerca das relações raciais vivenciadas ao longo de sua infância, graduação e docencia, o presente trabalho utilizou como método para produção de dados primários a entrevista semiestruturada. Nesta modalidade o entrevistador propõe perguntas predeterminadas em um roteiro e o entrevistado é levado a discorrer sobre tal, mas, de forma flexível, como uma conversa. Este tipo de entrevista, também conhecida como entrevista de profundidade, atende principalmente a finalidades exploratórias. É bastante utilizada quando se busca o detalhamento de questões e formulação mais precisa de conceitos relacionados. É um meio de explorar mais amplamente uma questão (BONI; QUARESMA, 2005).

Ao todo foram entrevistados cinco docentes negros de um Instituto de Ciências Aplicadas, durante os meses de novembro de 2021 e janeiro de 2022. O convite foi feito durante o ano de 2021 por meio de e-mails, e as entrevistas foram feitas por meio de vídeo chamadas e mensagens de áudio por celular, e posteriormente, transcritas. As entrevistas semiestruturadas foram guiadas por meio de um roteiro (em anexo), cujas perguntas iniciais relacionam-se ao perfil sociodemográfico dos sujeitos, e as posteriores sobre as trajetórias e vivências deles quanto às questões raciais. Não houve abstenção diante de qualquer pergunta e os entrevistados discorreram de forma aberta, dando exemplificações de acordo com suas vivências. Conforme o Quadro 1, os docentes entrevistados foram escolhidos com base em seus fenótipos e durante o convite para a entrevista confirmaram que se autodeclararam como pretos ou pardos.

QUADRO 1 - PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Nome (fictício)	Sexo	Idade	Autodeclaração	Tempo de Instituição
Beatriz	Feminino	46 anos	Parda	2 anos
Junior	Masculino	32 anos	Pardo	4 anos
Lucas	Masculino	31 anos	Negro	3 anos
Paula	Feminino	35 anos	Parda	3 anos
Sérgio	Masculino	38 anos	Pardo	11 anos

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados dos docentes entrevistados (2022).

Os dados foram avaliados e confrontados com outros estudos já produzidos sobre o tema e apresentados na seção de discussão dos resultados. Foram analisadas as falas de acordo com a metodologia de análise de conteúdo a cada pergunta feita e a partir de então, estas falas foram relacionadas com os temas equivalentes já tratados por outros autores, identificando as

situações vivenciadas e as percepções obtidas sobre o racismo ao longo da jornada de cada um dos entrevistados, formando assim resultados acerca da pesquisa.

4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo apresentará uma discussão sobre a percepção de racismo no espaço da universidade, bem como em outros espaços a partir das entrevistas realizadas com cinco docentes de uma Universidade Federal de Minas Gerais. Os nomes foram modificados dos reais e informações capazes de identificar os docentes também foram ocultadas a fim de garantia de anonimato.

Foram analisadas entrevistas dos docentes e apresentados trechos mais significativos e confrontados com o referencial teórico. Os relatos evidenciaram alguns pontos sobre a percepção do racismo ainda na infância e posteriormente como o racismo institucional é sentido no âmbito acadêmico, seja enquanto discente ou como docente.

4.1 A PERCEPÇÃO DE SI E DO MEIO A PARTIR DE SUAS VIVÊNCIAS

A percepção que as pessoas têm de si mesmas pode, em diversos momentos e lugares, passar por transformações. Para pensar como a estrutura racista fundamenta a sociedade pós-escravidão e influencia esta percepção, é preciso entender que cada indivíduo pode ter mais de uma percepção de si, mais de uma percepção do sentimento do outro em relação ao seu eu, de acordo com o lugar. “A percepção designa o modo pelo qual o vivo se ajusta a cada momento às condições do mundo em presença” (CARDOSO, 2008). Portanto, cada pessoa é um ser complexo e a percepção de si pode mudar de acordo com os elementos que variam e alteram contextos, como, por exemplo, a família que foi criada, a classe social, a região em que vive, o grupo de amigos, todos esses aspectos contribuem para a formação do indivíduo ao longo dos anos.

A seguir, o entendimento de um dos docentes quanto às dificuldades sofridas na vida se tratarem ou não de questões raciais.

Hoje, parando para olhar para trás eu entendo o que essas dificuldades são. Ao menos pelo viés... pela leitura racial também, sabe? Mas no momento em que elas aconteceram, surgiram e já adiantando que sim, é. Passei por essas dificuldades naquele momento. Era muito difícil fazer essa leitura que era puramente pelo contexto racial. Eu sou baiano, então questões aqui relacionadas ao tom da pele, lá não nos faz diferença, porque a maioria das pessoas é. Estamos no nosso entorno, são negras,

pardas, então a gente não tem essa leitura racista. Nós somos aquela típica história de retirantes, então nós nos mudamos para São Paulo [...] E aí, onde eu começo a entender algumas questões assim. Minha mãe já morando em São Paulo diversas vezes, ela já me ensinava assim: olha, você é negro, preto, não é como a gente chamava em casa, você é preto, você não pode sair sem documento de casa, e a gente morava e até hoje moramos ali em São Paulo, numa região mais periférica. (LUCAS, DOCENTE)

Nesse sentido, é perceptível que o meio interfere diretamente na percepção do racismo. Uma criança negra em um espaço predominantemente negro não é capaz de perceber a discriminação racial de forma tão latente, mas sim em proporções menores. Já em um espaço com maior diversidade, a população parda por exemplo, muitas vezes não percebe o racismo pelo fato da sua cor não ser tão escura quanto negros retintos.

Segundo Devulsky (2021), os pardos (que fazem parte do grupo racial denominado negros) formam um grupo que em determinado momento é discriminado, pois se atribui a ele características ruins, ou seja, o não ser branco com fenótipo europeu, significa perda de importância e/ou privilégios em diversos espaços. No entanto, ao se tratar de espaços negros, o pardo é dotado de algumas vantagens pelo fato de não ser todo negro, mas ter o tom de pele mais claro, tornando-se menos negro que os demais, sendo assim, mais aceito, menos preterido e com mais privilégios naquele grupo.

Há ainda aqueles sujeitos pardos que, independentemente das dificuldades sofridas na infância, ou até mesmo na vida adulta, se mostram reticentes em atribuir tais dificuldades à raça. Isso geralmente acontece por serem frutos do processo de embranquecimento tratado anteriormente, acreditam que não são influenciados negativamente pelo racismo, porque ele não os atinge diretamente. O professor Sérgio exemplifica isso em sua fala a seguir:

Eu não sei... não cheguei a enfrentar algo ou pelo menos eu não percebi, né? Alguma dificuldade por isso. Por ser pardo. Mas assim, feito as coisas normalmente, sempre tive um tratamento normal. Assim como eu também trato outras pessoas também. E procuro tratar, mas nunca cheguei a sentir algum impedimento com relação a isso não. E inclusive na época que eu ingressei no superior ainda não existia essa questão da lei de cotas, então era tudo igual e foi normalmente. Então não cheguei a enfrentar nada não. (SÉRGIO, DOCENTE)

Diferentemente do professor Lucas, que passou a infância em região majoritariamente negra e que naquele momento não reconhecia e vivenciava o racismo, vindo a ocorrer apenas na adolescência por conta da mudança geográfica, o professor Sérgio viveu em região com maior diversidade de cores de pele, e sendo pardo, e afirma não ter percebido nenhum tipo de preconceito racial.

Devulsky (2021) discute ainda que a questão do tom de pele é perceptível de formas diferentes em homens e mulheres. Para a mulher, assim como para o homem, a estética ligada ao fenótipo trata como mais bonita a pessoa com traços mais próximos aos europeus e quanto mais traços negros, menos bonita a pessoa é. No entanto, para as mulheres, a estética pesa mais, e ser bonita significa não ter traços negros. Esta percepção é colocada no depoimento da professora Paula:

Me percebo claramente como afrodescendente, sinto que mais pelo meu cabelo que pela cor da minha pele, o cabelo “chega primeiro” que a minha cor, sinto que a minha cor é mais “tolerada” na sociedade, então não sofro tanto racismo diretamente. Como profissional, eu me considero muito dedicada, esforçada [...] tomando consciência do racismo, eu penso que eu tinha auto estima baixa por causa do meu cabelo crespo, que ainda é uma questão pra mim até hoje, e talvez para suprir a falta de auto estima, por não ser uma das meninas mais bonitas da sala, eu estudava muito para me destacar pela inteligência. (PAULA, DOCENTE)

A professora continua ainda apontando como ser parda pode ser um fator determinante para se posicionar na sociedade. Por ser miscigenada, filha de pai branco e mãe negra, percebe que as dificuldades sofridas por sua mãe, não foram as suas, por conta da situação econômica do pai branco, que lhe permitiu se resguardar de passar por problemas relacionados à raça no momento da procura de um emprego ou precisar buscar o próprio espaço.

Na família da minha mãe eles são negros e eles refletem os indicadores, eles têm menor escolaridade e renda mais baixa que a família do meu pai, pode ser que ninguém tenha sido ofendido diretamente, mas eles tiveram menos oportunidades. Nós tivemos mais oportunidades porque meu pai tinha uma situação melhor e trabalhou muito para ajudar a gente financeiramente, a ponto de estudar na graduação sem trabalhar, então eu não precisei alisar o cabelo para o mercado de trabalho e etc... Depois passei direto para concurso. (PAULA, DOCENTE).

Todos são capazes de alcançar a ascensão pessoal, estudando, se formando, conseguindo um bom emprego, no entanto, as oportunidades por conta da renda familiar são um entrave, especialmente nas famílias negras fica ainda mais difícil.

De acordo com Heringer (2002), as famílias negras têm menos oportunidades comprovadas em números do IBGE, em termos de saúde pública, saneamento básico, coleta de lixo, eletricidade e também no quesito estudo, sendo que possuem menos anos de estudo, e alguns nem tem instrução. Aponta também que uma vez que estão situados nos grupos de menor acesso à educação, logo, ocuparão postos de menor prestígio no mercado de trabalho.

O professor Júnior, conta que se declara pardo, mas pela ênfase em alguns traços fenotípicos, e que esses traços não impactaram de alguma forma:

Minha cor não fala tanto sobre a minha autodeclaração, minha pele é bem clara, mas sempre identifiquei traços como o nariz e o cabelo para a construção dessa ideia. Mas a pele na sociedade ao meu ver é o principal alvo, as pessoas tendem a atacar mais pessoas com a pele mais escura, é o racismo estrutural né? (JUNIOR, DOCENTE)

A professora Beatriz se declara parda também. No início da conversa explica que a mãe é branca, que sua família por parte de mãe é toda branca por conta dos avós italianos. No entanto, a família do pai é negra. Explica que estudou em colégio particular com esforço dos pais e também com ajuda dos avós e sua percepção da miscigenação é explicitada no comentário a seguir:

Então eu não tinha muito contato com a família do meu pai, eu pouco tive contato com a família do meu pai durante a minha infância inteira e até atualmente eu só tenho contato telefônico com a família do meu pai falecido. E nesse contexto familiar eu não tinha consciência do que era raça né. Porque a branquitude não pensa nisso. E o meu pai militar também aceita o processo de branqueamento que a família da minha mãe fez com a gente. Obviamente eu não tinha consciência de nada disso quando era criança. (BEATRIZ, DOCENTE)

A fala da professora Beatriz traz elementos para que se levantem diversas discussões. Uma delas é da criança negra no contexto familiar branco, onde foi criada. Ao invés de se sentir excluída ou sentindo o racismo, não percebe sua raça, pois a família branca não pensa raça, não precisa buscar seu lugar em uma sociedade preparada para o branco viver. Porém, o fato de a professora não perceber o racismo não significa que ele não ocorra. O próprio impedimento de uma formação identitária de autoconhecimento e até mesmo o processo de branqueamento a que se refere contribui para o mito da democracia racial. Como é apontado por Fernandes (1978), esse mito exclui que há uma desigualdade latente entre brancos e negros, e exclui os reais problemas vividos pelos negros.

A seguir, Beatriz descreve partes do processo de entendimento do racismo em sua infância.

Eu era a única criança negra da minha sala, tá? O resto era todo mundo branco de cabelo liso. Isso gerou uma série de coisas que minha mãe lia como bullying, mas que hoje eu leio como racismo. Então me chamavam de cabelo de Bombril, de cabelo ruim, de feia, horrorosa, macaca... tipo de coisa que eu escutava durante a minha infância. E eu sempre fui uma excelente aluna. E isso irrita também como outras crianças porque tinha um grau de comparação e a forma das outras crianças me atacarem, dizendo que eu era feia, botavam uma cola no meu cabelo, chiclete no meu cabelo, papel no meu cabelo e minha mãe na ânsia de me ajudar começou a alisar o meu cabelo, a passar química nele muito cedo. Acho que a primeira química que eu fiz na cabeça foi com dez anos de idade, alargamento de cachos e depois foram para alisar o cabelo mesmo. (BEATRIZ, DOCENTE)

Os ataques racistas sofridos na escola não eram percebidos em casa, onde a família branca podia acolher, confortar, mas não tinha consciência racial e o que fizeram para tentar ajudar foi afastar ao máximo as características negras possíveis, como o alisamento do cabelo.

O relato da professora Beatriz exemplifica muito bem a explicação de Cruz e Martins (2017).

Não assumir sua identidade negra, preferindo adaptar-se e camuflar-se com o intento de ser aceito e sobreviver no grupo dos brancos, pode ser entendida como uma escolha perigosa, já que por mais tolerados, jamais serão aceitos unanimemente nesse grupo étnico. Desse modo, tal comportamento retrata a estratégia histórica em dividir e hierarquizar-los, a fim de dismantelar laços de solidariedade entre negros e mestiços, resultando na dificuldade em formar uma identidade coletiva. (CRUZ e MARTINS, 2017. P. 13)

Para as pessoas miscigenadas a tomada de consciência quanto à raça pode surgir na vida adulta, e, claro, olhar para a própria trajetória e então entender o que se passou ou, como o professor Sérgio apontou, nunca perceber que tenha passado por alguma situação.

4.2- A PERCEPÇÃO DO RACISMO PELOS DOCENTES NO AMBIENTE INSTITUCIONAL

Bujato e Souza (2020) realizam uma discussão sobre o racismo no trabalho docente. Colocam que desde que a abolição se concretizou, o racismo se instaurou, porque os negros ocuparam posições subalternizadas enquanto trabalhadores, por sua mão de obra ter sido considerada desqualificada. E, como não se promoveu políticas públicas para transformar esta realidade, o mundo do trabalho seguiu permeado pelo racismo.

No entanto, quando se trata da percepção de racismo em ambiente de trabalho acadêmico os docentes dividem suas experiências. Embora quatro dos cinco entrevistados reconheçam a universidade como um espaço majoritariamente branco, o professor Sérgio afirma não perceber esta falta de pessoas negras no trabalho docente, e, para além disso, coloca que não acredita ser visto de forma diferente por ser pardo.

Olha, eu nunca cheguei a pensar muito nisso. Sim, eu acho que eu sou só mais um docente, né? Eu estou nessa questão de ser pardo, né? Ou ser classificado como negro, nunca cheguei a pensar. Eu procuro sempre fazer o meu trabalho da melhor forma, sei que tem muito a melhorar, me espelho em alguns, sejam professores que eu tive ou profissionais, pessoas que eu admiro, né? Para fazer meu trabalho, mas isso não chegou, não eu não chego a pensar sobre ser ou não pardo, negro na universidade, isso não me, não me faz, eu não cheguei a refletir sobre isso em algum momento. (SÉRGIO, DOCENTE)

Sendo assim, o professor Sérgio afirmou ainda que por ser um profissional dedicado nunca teve problemas. Acredita ainda que aqueles que porventura o veem de forma diferente, o fazem mais por conta de seu posicionamento político do que por tom de pele.

Quanto a encontrar outros negros no espaço da Universidade enquanto docentes o professor afirma que encontra sim, pois se há negros em todo país é natural que estejam em todos os lugares, inclusive na Universidade como professor:

No lugar que eu trabalho, tem os seus pardos, não é? Se o pardo se classifica como negros, tem negros. Não é da mesma cor de pele. Antes da pandemia quando eu ia ao Congresso, também encontrava professores pardos, negros. Então, geralmente encontrava. E assim, numa com certa frequência, até disse os tipos de Congresso que eu iria, mas encontrava sim. E o que eu penso é que assim: tem que ser normal, é um ser. A distribuição de negros na população tem determinada distribuição. Então eu devo encontrá-los em todos os lugares, não é? E também penso que não tem que haver restrição e nem vamos ver alguma, algum tipo de discriminação por causa disso. (SÉRGIO, DOCENTE)

O professor Junior segue uma linha de raciocínio parecida com a do professor Sérgio, quanto aos congressos, mas afirma que não é uma massa tão grande, assim como não vê uma massa grande de alunos negros:

Acho que a gente acaba passando meio desapercibido, não fica reparando se tem muitos negros nos lugares ou não, mas vemos sim negros e acredito que ainda mais pardos, porque tem toda essa variação de cabelos e traços. Mas é perceptível que não são tantos quanto brancos, mas isso acontece nas salas de aula também, não vemos tantos alunos negros e pardos assim, mas tenho certeza que hoje pela política de cotas tem bem mais, e tende a crescer em todos os âmbitos. (JUNIOR, DOCENTE)

Almeida (2019) pontua que a desigualdade racial existe na sociedade não somente por conta de pessoas ou grupos isolados, mas sim porque as instituições principalmente são hegemônicas por grupos raciais que impõem seus interesses políticos e econômicos. E conclui dizendo que o domínio é dado com o estabelecimento de parâmetros, tais estes que são sobre cultura, padrões estéticos e práticas de poder, assim, o domínio de homens brancos em cargos altos se dá justamente pela existência de parâmetros que dificultam a ascensão do homem negro em tais espaços.

A professora Paula tem a concepção do que diz Almeida, ela coloca que adentrou esses espaços por ter conseguido bolsa de mestrado e doutorado, mas que os espaços dos congressos científicos seguem majoritariamente masculino e branco:

Quando vamos em congressos, vemos muitos homens e maioria brancos, e não vemos muitas pessoas pardas e negras nesse âmbito, eu tive oportunidade porque ganhei bolsa para fazer o mestrado e doutorado, acho que ajuda muito, como ajudou um amigo meu negro também, porque sem bolsa ele não iria seguir também. (PAULA DOCENTE)

Paula continua pontuando sobre negros nos espaços da universidade:

Eu já ouvi de um colega uma piada que uma pessoa fez, que acaba sendo racista, mas eu não sei contar, ela carrega uma questão racista, ela foi fazer uma piada até mesmo sem intenção e soou racista, mas vemos estruturalmente por exemplo: a maioria de negros que trabalham na universidade que você vê são os terceirizados, faltam negros tanto docentes quanto discentes. (PAULA DOCENTE)

E explica ainda que nunca sofreu violência explícita no ambiente acadêmico, porém já se sentiu desrespeitada em alguns momentos, mesmo que a pessoa possa não ter a intenção de ofender, e aparece na forma de brincadeira, mas não deixa de ser racismo, porque o mesmo pode se apresentar de forma direta ou indireta, desde um comentário sobre o cabelo até palavras ofensivas diretas.

Já acerca do assunto do racismo na universidade, Paula comenta uma situação em que já percebeu as falas preconceituosas de alunos quanto a características de pessoas negras.

Entendo que pelo fato de eu ter estudado numa faculdade federal, depois mestrado e doutorado federal, eu vejo que minha capacidade nunca foi colocada em questão pela minha cor, eu não vejo diretamente isso, mas às vezes pode acontecer e eu não tenha percebido [...] eu trabalhei uma vez em outra universidade e fui como professora substituta numa sala bem problemática, então eu passei por problemas com eles, mas acredito que foi por eles serem uma sala complicada, que já havia reclamações de outros professores, não era só comigo. Ninguém nunca me ofendeu, por exemplo pelo meu cabelo e desde criança eu nunca senti isso, as pessoas falam “ah cabelo ruim”, mas nunca diretamente comigo, nunca me chamaram assim na minha cara. (PAULA DOCENTE)

No caso da professora Paula, ela concluiu seus estudos sem sentir que o racismo direto tenha afetado sua trajetória, mas sentiu desconforto em situações de racismo indireto que são, por exemplo, os comentários pejorativos feitos sobre o seu cabelo. A presença das pessoas nas universidades é notada de forma diversa, podendo variar com o tipo de curso, se universidade pública ou privada, localização, dentre outros fatores.

Durante a entrevista, a professora Beatriz contou que há algumas peculiaridades que a identificavam quando cursava Belas Artes e que talvez este tenha sido o motivo de naquela faculdade não ter sido confundida com trabalhadora de outro setor:

E dentro da faculdade eu continuo tratando quimicamente o meu cabelo, mas não alisando ele. Só fazendo aquele alargamento de cachos, né? Porque tinha pessoas cacheadas na faculdade, alguns pardos, pouquíssimos negros e também tem um detalhe muito importante aí que eu nunca fui confundida nem com professor nem com terceirizados, por quê? Porque a escola de Belas Artes ela marca muito bem quem é aluno e quem é professor. Por quê? Porque o aluno das Belas Artes ele anda cheio de material. Ele anda com tubo nas costas ele anda com massas enormes a zero ele anda com uma pochete que a gente usava que era para encaixe dos pincéis e das lapiseiras então de alguma forma você está ali misturado identificado com aquela massa de pessoas como o aluno. Então eu nunca tive problema com isso. (BEATRIZ DOCENTE)

Diferentemente da sua experiência no curso de Belas Artes, Beatriz relata que teve uma experiência racista em outra instituição durante o doutorado:

Eu fui fazer doutorado numa instituição que é majoritária branca, caucasiana, cisgênero, heterossexual e masculina. E foi aí primeira vez que me confundiram com quem eu não era, com outro corpo que não fosse um corpo discente, né? E me confundiram com uma pessoa terceirizada que trabalhava na faxina. E eu era aluna de doutorado. E me perguntaram o que eu estava fazendo na sala dos doutorandos, na sala de estudos, que é uma sala específica frequentada só por doutorandos. Eu respondi: eu sou doutoranda e tive que puxar o meu crachá para mostrar. A pessoa olhou pra minha cara e disse: eu achei que você trabalhava na faxina. Eu não estava com uniforme de faxina, porque as pessoas que dão faxina usam o uniforme da empresa que elas prestam serviço que elas são terceirizadas. Eu estava de calça jeans, tênis e camiseta. Então óbvio que eu não era da faxina. Entendeu? A pessoa nem olhou a forma como eu estava vestida. A pessoa olhou a minha aparência física e fez esse julgamento. Tem algum problema a ser confundida com uma pessoa na faxina? Não, não tem problema nenhum. Mas por que não me confundiram com o professor? Por que não me confundiram com o aluno do mestrado? Essas perguntas que eu coloco. Por que não me confundiram com um funcionário administrativo, um técnico administrativo? Aí começou a cair minha ficha, é porque eu não sou branca e aqui as pessoas são majoritariamente brancas. (BEATRIZ DOCENTE)

A experiência vivida pela professora Beatriz, condiz com situações presentes no dia a dia de inúmeros negros, não somente mulheres, mas principalmente. Diante dos olhos de uma universidade branca e masculina, uma mulher negra não tem competência para ser doutoranda, e os olhos de tal universidade são reflexo de uma sociedade predominantemente racista e machista.

Bujato e Souza (2020) encontraram relatos em seus estudos que apontam que a mulher negra e a docência universitária não se relacionam ao ver da sociedade, porque não são reconhecidas como intelectuais. Mulheres com características marcantes, como o cabelo, a pele e posições de atuação dentro do seu espaço de trabalho, continuam colocando a universidade como um lugar que não é para ela. Portanto, a posição de professora, pesquisadora ou ainda doutoranda não são suficientes para defini-la, pois antes de tudo, é a negra.

Beatriz coloca que um dos grandes desafios da universidade é ampliar a diversidade, mas não apenas para estudantes e sim para seu corpo docente, através da Lei de Cotas, através

de informação para a sociedade, mas que a universidade precisa ser referência no combate às desigualdades. “Então, assim eu fico imaginando a menina lá negra no curso de engenharia, ela olhando em sala de aula e só vendo repetidos professores brancos... A gente precisa trazer a diversidade que está na sociedade para dentro da universidade” (BEATRIZ DOCENTE)

No sentido do que disse Beatriz, segue também a fala do professor Lucas sobre a importância da representatividade, mas enfatiza que é uma representatividade verdadeira, sem encenação, sem criação de um espaço midiático, fictício. Lucas é categórico ao dizer que o corpo negro é um corpo político e estar em espaços pensados historicamente para homens brancos, é um ato político de resistência contra o racismo.

Na verdade, independentemente do lugar, ou o corpo negro, ele é um corpo político, não é esse corpo que está que está fora padrão, para um do esperado, para a de uma narrativa já construída previamente, né? Então, quem é o universitário, quem é o professor universitário? Então, quando a gente fecha os olhos e tem que imaginar rapidamente, não é um corpo negro que vem na nossa cabeça primeiro. Não é? Quando eu entrei na universidade, estava usando dreads até me lembro que uma das alunas, no final do semestre, era a última prova, ela negra também, ela disse ‘professor, posso te abraçar?’ Aí eu disse: ‘pode sim’. E aí ela falou assim: ‘olha, muito obrigado’ porque é muito bom eu como negra ter aula já no primeiro semestre com um professor negro também. É representatividade, né? Sem cenário. (LUCAS, DOCENTE)

E com a fala de Lucas, entende-se que a necessidade de pessoas negras nos diversos âmbitos do dia a dia, seja numa universidade, num hospital ou num cargo no senado, para que outras pessoas negras entendam que é possível conquistar a ascensão pessoal, diferentemente do que lhes é implantado diariamente pela sociedade racista em que vivem.

Bujato e Souza (2020) levantam uma discussão acerca do negro no contexto da universidade, compondo o corpo docente, ou outros espaços não criados para ele, pode ocorrer o embranquecimento, de modo, que a função da docência pode fazer com que o negro se veja de forma diferente de acordo com o contexto e espaço. O professor Lucas chama a atenção para a importância de não aceitar o embranquecimento para estar naquele espaço:

É essa importância não só da minha trajetória acadêmica informativa, também é do qual eu fui assistido com muitas políticas públicas de assistência e de permanência na universidade. Mas entendo também o meu papel como esse, esse lugar político e de resistência também de luta. E não, o que eu faço, não é fachada. Na verdade, porque eu me posiciono. E tem agora também um programa que está discutindo essas questões também. Mas mesmo se eu estivesse com a minha boca fechada, mesmo assim, ainda seria um corpo político e de resistência num lugar elitista e tão embranquecido como é uma universidade, né? Então, obviamente, não cedendo ao embranquecimento, como o corpo negro está sujeito em qualquer uma das instâncias, né? Não é só na universidade, mas mesmo assim ainda seria um corpo político de resistência. (LUCAS DOCENTE)

Conforme colocado pelo professor, o ambiente universitário não pode ser apenas um ambiente em que se ensinam as disciplinas, mas um espaço de debate, de aprendizado para a vida, e também de resistência. Por isso, é necessário cada vez mais a implementação de políticas públicas para o ingresso de negros nas escolas e nas universidades, para que a oportunidade seja mais igualitária para todos e não somente para aqueles que têm maior poder aquisitivo. Para, posteriormente, ser notado um crescimento de negros nos altos cargos, desmistificando a hegemonia branca, e, caminhando para diminuição gradativa do racismo.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo mostrou através da literatura que após a abolição da escravidão negra no Brasil, em 1888, houve um empenho do governo em embranquecer o país através da miscigenação para que as características brancas fossem se sobressaindo cada vez mais em detrimento das características negras, até que o país se tornasse um país branco.

Além do incentivo ao embranquecimento da população, o país tentava vender uma imagem de democracia racial, onde todas as pessoas independentemente de sua etnia, cor e cultura, vivessem em harmonia. Essa fantasia foi derrubada pelos estudos de Florestan Fernandes.

Os resquícios da escravidão não ficaram apenas nos livros de história. O negro passou a ser considerado inapto para o trabalho que exigisse maiores habilidades, fazendo com que conseguisse apenas trabalhos subalternos ou degradantes. Portanto, espaços como universidades ou espaços de poder passaram a ser majoritariamente branco, alimentando a desigualdade.

O estudo mostrou algumas das dificuldades encontradas durante a vida e a formação de cinco docentes negros entrevistados de uma universidade, abordou pontos da infância onde se reconheceram negros, como esse reconhecimento foi sentido na infância e como refletiu em pontos da vida social e também acadêmica. Evidenciou alguns pontos de como era a família e como a mesma contribuiu para a percepção deste fato e como lidaram com as manifestações de racismo, quando vividas. Mais adiante, abordou a questão da docência e a maioria dos docentes relataram ainda sentem que há poucos negros - discentes ou docentes - não somente na universidade que atuam, mas também em congressos. Apenas um destes cinco entrevistados mostrou desconhecer ou não perceber o racismo que segundo outros professores foi um fator que impactou de alguma forma suas trajetórias sociais e acadêmicas, o que pode ser explicado

por conta de se autodeclarar como pardo e residir durante toda sua vida em um centro com bastante diversidade de cores, não vivenciando o racismo diretamente por conta de seus fenótipos.

As entrevistas semi estruturadas permitiram que as respostas fossem informais, viabilizando a análise e interpretação dos dados a partir das características descritas pelos entrevistados. A partir daí foram identificados fatores essenciais para compreensão de como o racismo esteve ou não presente em suas trajetórias e como a percepção do mesmo agregou em suas carreiras enquanto docentes a favor da diversidade racial.

Por fim, é possível concluir que o objetivo deste estudo foi atingido, compreendendo a percepção dos docentes entrevistados sobre o racismo e suas experiências vivenciadas acerca da questão racial, bem como o racismo institucional relacionado ao racismo estrutural, podendo este estudo ser ampliado para se aprofundar em algumas das questões que aqui foram levantadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019. Disponível em: https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf. Acesso em: 19 mar. 2021.

BARDLN, Lawrence. Análise de conteúdo. **Lisboa: edições**, v. 70, p. 225, 1977.

BHAVNANI, Reena *et al.* **Tackling the roots of racism: lessons for success**. 2009.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: <https://www.journal.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>. Acesso em: 25 de jan. 2022.

BRASIL, Lei 12.288/10. **Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. CÂMARA DOS DEPUTADOS

BRASIL. **Decreto-Lei N° 7.967** DE 18 DE SETEMBRO DE 1945.

BUJATO, Isabela Ariane; SOUZA, Eloisio Moulin de. O contexto universitário enquanto mundo do trabalho segundo docentes negros: diferentes expressões de racismo e como elas acontecem. **REA. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 26, p. 210-237, 2020.

CARDOSO, Adelino. Vida e percepção de si: figuras da subjetividade no séc. XVII. 2008.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

CRUZ, Jéssica Thodoaldo da; MARTINS, Patricia. Colorismo e embranquecimento na rede: o racismo e a tentativa histórica de apagar a ancestralidade africana. **VI Seminário de Extensão, Ensino, Pesquisa e Inovação do IFPR**, 2017.

FONSECA, Igor Ferraz da. Inclusão política e racismo institucional: reflexões sobre o Programa de Combate ao Racismo Institucional e sobre o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 45, 2015.

Declaração O.N.U. **Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. 2001. 2018.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. Editora Jandaíra, 2021.

FARIAS, Normélia Ondina Lalau de. **Trajetórias de docentes negros/as universitários: desafios entre a presença e o reconhecimento a partir das relações raciais no Brasil**. 2019. f. 88. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Criciúma, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era**. Editora Ática, 1978.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2019.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002.

HAMILTON, C. V.; TURE, K. **Black power: Politics of liberation in America**. Vintage, 2011. Disponível em: <https://mygaryislike.files.wordpress.com/2016/12/black-power-kwame-ture-and-charles-hamilton.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cadernos de Saúde pública**, v. 18, p. S57-S65, 2002.

HIRSCH, J. Forma política, instituições políticas e Estado—I. *Economies et Sociétés*, n. 12, p. 139, 1990. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo212artigo1.pdf. Acesso em: 21 mar. 2021.

LIMA, Ari. A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual?. **Afro-Ásia**, n. 26, p. 281-312, 2001.

LÓPEZ, L. C. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, n. 40, p. 121-134, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141432832012005000004&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 20 de mar. 2021.

MUNANGA, Kabengele. **O negro na sociedade brasileira: resistência, participação e contribuição**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. Global Editora, 2006.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 20-31, 2015.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Autêntica Editora, 2019.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo social**, v. 19, p. 287-308, 2007.

OLIVEIRA, Patrícia Whebber Souza de. **Construção de identidades profissionais: da formação profissional à vivência da inserção no mercado de trabalho**. 2011.

ORTIZ, Renato. Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional. **Cultura brasileira e identidade nacional**, p. 36-44, 1985.

RAMOS, Manuelli Batista. Racismo Institucional: sofisticação do racismo no presente. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, 2019.

ROSA, Alexandre Reis. Relações raciais e estudos organizacionais no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 18, p. 240-260, 2014.

SANSONE, Livio. Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda. **Afro-Ásia**, n. 18, 1996.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, p. 219-246, 2002.

TURETA, César; ARAÚJO, Bruno Félix Von Borell de. Escolas de samba: trajetória, contradições e contribuições para os estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 20, p. 111-129, 2013.

VEINER, Carlos B. Estado e raça no Brasil. Notas Exploratórias. Centro de Estudos Afro-Asiáticos. **Cadernos Candido Mendes**, nº 18, maio, 1990.

ANEXOS

Questionário

- 1- Qual sua idade?
- 2- Como você se autodeclara quanto à sua cor/raça?
- 3- É docente na UNIFAL Campus Varginha há quanto tempo?
- 4- Quem é o(a) fulano(a)? Como você se define/percebe? Fale para mim sobre fatos marcantes da sua vida...
- 5- Durante sua trajetória de formação escolar (desde o ensino fundamental até o ensino superior) você encontrou obstáculos por ser negro?
- 6- Como você se sente/o que significa para você ser um(a) docente universitário(a) negro(a)?
- 7- Para você quais são os maiores desafios em ser docente negro?
- 8- Você já foi questionado quanto ao seu cargo por causa de sua cor?
- 9- Você em algum momento na área acadêmica sentiu que seus traços físicos influenciaram suas relações com alunos, outros docentes e outros colaboradores?

10- Suas ações como docente universitário já foram criticadas ou colocadas em xeque em função de sua cor/raça dentro ou fora da sala de aula? Explique...

11- Você costuma encontrar professores negros no seu departamento, na universidade, nos congressos que você participa ou em lugares onde se relaciona com outros professores na universidade? O que você pensa sobre isso?

12- Durante sua trajetória como docente na UNIFAL, já vivenciou algum tipo de racismo/preconceito racial com algum colega ou aluno? Se sim, como sentiu e reagiu?

13- O quanto situações racistas influenciam no seu dia a dia como professor negro?

Gostaria de acrescentar alguma questão sobre o assunto que considere importante e não foi abordada anteriormente?